



CONCURSO PÚBLICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUTI – PARÁ
EDITAL Nº 001.00/2025 – PMJ/SEMAD

CARGO: TÉCNICO EM CONTABILIDADE
NÍVEL: TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO
TURNO: TARDE

ORIENTAÇÕES AO CANDIDATO

1- Este CADERNO DE QUESTÕES é composto de 30 (trinta) questões, cada uma com 05 (cinco) alternativas e somente uma correta. Caso exista algum problema de impressão, ou outro qualquer, comunique-o imediatamente aos fiscais de sala.

2- Leia, atentamente, cada questão da prova antes de responder.

3- Transcreva para o CARTÃO-RESPOSTA a resposta definitiva de cada questão. Marque somente uma alternativa, pois a marcação de mais de uma alternativa, ou a ausência de marcação, anulará a questão. Preencha corretamente o CARTÃO-RESPOSTA, porque ele não será substituído por erro do candidato. Preencha com caneta esferográfica, azul ou preta, conforme exemplo abaixo:

QUESTÃO	ALTERNATIVAS
01	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input checked="" type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E

4- O CARTÃO-RESPOSTA DEVE SER obrigatoriamente assinado (subitem 9.33.p do edital).

5- A prova terá a duração de 03 (três) horas, com o início previsto às 14:00 (quatorze horas) e término às 17:00 (dezessete horas) horário local.

6- Não será permitido ao candidato permanecer com armas, aparelhos eletrônicos (telefone celular, relógio de qualquer modelo, smartphone, notebook, receptor, gravador etc.), tampouco qualquer tipo de material para consulta ou quaisquer objetos mencionados no subitem 9.5. do edital.

7- O candidato só poderá retirar-se da sala de provas após decorridos 60 minutos (1 hora) de seu início.

8- Após decorridos 120 minutos (2 horas) do início das provas, o candidato poderá levar o CADERNO DE QUESTÕES, entregando ao fiscal somente o CARTÃO-RESPOSTA.

9- Não será permitido ao candidato consultar o fiscal sobre quaisquer dúvidas relacionadas às interpretações dos enunciados das questões.

10- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala e somente poderão sair juntos do recinto após lerem, concordarem e assinarem a ata de sala (subitem 9.32.e do edital).

BOA PROVA!

ELABORADO POR:

Leia o texto abaixo para responder às questões de 1 a 5:

Governo institui nova Política Nacional de Educação Especial Inclusiva

O governo federal publicou nesta terça-feira (21/10/25) um decreto que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e, paralelamente, cria a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. O objetivo do documento é fortalecer a inclusão escolar de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e aqueles com altas habilidades ou superdotação.

A nova política visa garantir que esses alunos sejam incluídos em turmas regulares e escolas comuns em todos os níveis de ensino. Segundo o pedagogo e ativista pelo direito das pessoas com deficiência, Ivan Baron, o decreto estabelece um marco que organiza as iniciativas da área para combater a discriminação e a evasão escolar desse público.

Princípios e Suporte Especializado

Entre os princípios fundamentais da nova política estão a garantia de acessibilidade e o desenvolvimento de tecnologias assistivas. Baron considerou que o decreto reflete um investimento do Ministério da Educação (MEC) na implementação de salas de recursos multifuncionais e na formação de professores.

O pedagogo destaca que a política oferece um reforço crucial para que alunos com deficiência estudem nas turmas regulares, atuando no suporte para o atendimento educacional especializado. O atendimento educacional especializado é definido pelo decreto como uma atividade pedagógica complementar ou suplementar à escolarização. Esse serviço deve estar integrado ao projeto político-pedagógico das escolas e contar com a participação da família e dos estudantes. O texto enfatiza que a matrícula neste serviço especializado não substitui a matrícula na classe comum.

Foco na Formação e Governança

A nova política estabelece que os professores do atendimento especializado devem possuir formação inicial para a docência e, preferencialmente, formação específica em educação especial inclusiva.

Ivan Baron avaliou que o decreto inova ao criar a rede de governança e ao definir com mais clareza o papel do professor do atendimento especializado e dos profissionais de apoio. A criação da Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva é vista pelo ativista como a garantia de que as diretrizes se concretizem nas escolas. “Ou seja, não é só papel”, afirmou Baron, indicando um compromisso com a implementação prática da inclusão.

(Por Luiz Claudio Ferreira. <https://www.msn.com/pt-br/noticias/noticias/governo-institui-nova-pol%C3%AAdtica-nacional-de-educa%C3%A7%C3%A3o-especial-inclusiva>. 23/10/2025)

QUESTÃO 01

Com base na leitura do texto “Governo institui nova Política Nacional de Educação Especial Inclusiva”, infere-se que o decreto mencionado busca:

- A () Transferir o foco da inclusão escolar para o atendimento especializado, entendendo que o ensino regular não é adequado para estudantes com deficiência, TEA ou altas habilidades.
- B () Substituir a matrícula de estudantes com deficiência nas classes comuns por um sistema de atendimento paralelo, mais ajustado às suas especificidades cognitivas e pedagógicas.
- C () Consolidar um modelo educacional híbrido, em que o atendimento educacional especializado se torne o principal meio de escolarização dos estudantes público-alvo da educação especial.
- D () Reafirmar a educação inclusiva como princípio estruturante do sistema educacional, articulando políticas de acessibilidade, formação docente e governança institucional para promover a permanência e o aprendizado dos estudantes com deficiência no ensino comum.
- E () Instituir uma política simbólica, com mecanismos efetivos de acompanhamento ou integração entre escola, família e professores, priorizando a regulamentação formal em detrimento da prática pedagógica.

QUESTÃO 02

Considerando as falas e análises de Ivan Baron apresentadas no texto, é possível interpretar que sua postura em relação ao decreto do governo federal revela

- A () um posicionamento crítico à criação da Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, por entender que ela burocratiza as ações e afasta as decisões do contexto escolar.
- B () uma visão cética quanto à efetividade da nova política, considerando-a uma repetição de programas anteriores, sem potencial de mudança real na inclusão escolar.
- C () uma perspectiva técnica e neutra, que evita emitir juízos de valor sobre o impacto social e pedagógico da política, limitando-se à descrição dos seus dispositivos legais.
- D () uma defesa da substituição das salas regulares pelas salas de recursos multifuncionais, a fim de garantir atendimento exclusivo aos alunos com deficiência e TEA.
- E () uma interpretação otimista e engajada, que reconhece o decreto como avanço institucional e prático, capaz de estruturar políticas públicas inclusivas com base na formação docente e na governança participativa.

QUESTÃO 03

No texto, o conceito de inclusão é articulado a diferentes dimensões do processo educativo. Considerando as informações apresentadas, é possível inferir que, no contexto do decreto, a inclusão escolar é compreendida como:

- A () A inserção física de alunos com deficiência nas escolas regulares, independentemente de haver adaptações curriculares, recursos pedagógicos ou formação específica de professores.
- B () Um princípio que ultrapassa o simples acesso à escola, exigindo condições materiais, pedagógicas e políticas para garantir a participação efetiva e o aprendizado dos estudantes público-alvo da educação especial.
- C () A criação de espaços segregados de atendimento especializado, onde os alunos possam aprender em ambientes separados das classes comuns, mas sob supervisão do MEC.
- D () Um processo de compensação social que prioriza a matrícula formal de alunos com deficiência, mesmo que o sistema educacional não esteja preparado para acolhê-los plenamente.
- E () Uma estratégia emergencial de gestão educacional, voltada à redução estatística da evasão, sem ênfase na transformação da prática pedagógica ou na cultura escolar.

QUESTÃO 04

Com base no texto, e considerando uma leitura crítica das intenções subjacentes às políticas públicas educacionais, é possível interpretar que os objetivos do governo federal com a instituição da nova política transcendem a mera regulamentação normativa, buscando

- A () reconfigurar o papel do Estado como gestor técnico da educação, priorizando a racionalização administrativa e o controle de indicadores de desempenho em detrimento da autonomia pedagógica das escolas.
- B () consolidar um projeto de centralização política, em que a educação inclusiva se torna instrumento de legitimação institucional e de visibilidade internacional, sem repercussão concreta na equidade educacional.
- C () estabelecer uma política de Estado de caráter intersetorial e sistêmico, que vincula o direito à educação à efetivação de práticas inclusivas, ancoradas em acessibilidade, formação docente e governança colaborativa, com vistas à transformação estrutural do sistema educacional.
- D () promover ajustes pontuais no campo da educação especial, mantendo o modelo escolar excludente, mas sob a aparência de uma agenda de inclusão para fins de alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- E () redefinir a inclusão como estratégia de distinção institucional do MEC, priorizando a dimensão simbólica da política em detrimento do impacto pedagógico, com foco em resultados imediatos e visibilidade midiática.

QUESTÃO 05

A partir do texto, interpreta-se que o papel da escola diante da inclusão de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação é compreendido como:

- A () O de instância protagonista na efetivação da inclusão, responsável por integrar o atendimento educacional especializado ao seu projeto político-pedagógico, garantir acessibilidade, promover práticas pedagógicas equitativas e articular a participação da família e dos estudantes.
- B () O de agente passivo das diretrizes ministeriais, cuja atuação restringe-se ao cumprimento formal do decreto e à implementação técnica das salas de recursos multifuncionais.
- C () O de ambiente de convivência plural, mas estruturalmente incapaz de responder às demandas da diversidade, razão pela qual o decreto prioriza o atendimento fora da sala regular.
- D () O de espaço acolhedor, porém limitado à função social de matrícula e permanência física, deixando a mediação pedagógica e o aprendizado sob responsabilidade dos serviços especializados.
- E () O de instituição mediadora entre o MEC e os professores de apoio, com foco na gestão burocrática da inclusão, sem interferência direta na construção curricular ou nos processos de ensino-aprendizagem.

Leia o texto abaixo para responder às questões de 6 a 10:

Se a nossa existência não tem por fim imediato a dor, pode-se dizer que não tem razão alguma de ser no mundo. Porque é absurdo admitir que a dor sem fim que nasce da miséria inerente à vida e enche o mundo seja apenas um puro acidente, e não o próprio fim. Cada desgraça particular parece, é certo, uma exceção, mas a desgraça geral é a regra.

Assim como um regato corre sem ímpetos enquanto não encontra obstáculos, do mesmo modo, na natureza animal, a vida corre inconsciente e descuidosa quando coisa alguma se lhe opõe à vontade. Se a atenção desperta, é porque a vontade não era livre e se produziu algum choque. Tudo o que se ergue em frente da nossa vontade, tudo o que a contraria ou lhe resiste, isto é, tudo o que há de desagradável e de doloroso, sentimo-lo ato contínuo e muito nitidamente. Não nos atentamos à saúde geral do nosso corpo, mas notamos o ponto ligeiro onde o sapato nos molesta; não apreciamos o conjunto próspero dos nossos negócios, e só pensamos numa ninharia insignificante que nos desgosta. – O bem-estar e a felicidade são, portanto, negativos, só a dor é positiva.

Não conheço nada mais absurdo que a maior parte dos sistemas metafísicos, que explicam o mal como uma coisa negativa; só ele, pelo contrário, é positivo, visto que se faz sentir... O bem, a felicidade, a satisfação são negativos, porque não fazem senão suprimir um desejo e terminar um desgosto.

Acrescente-se a isso que, em geral, achamos as alegrias abaixo da nossa expectativa, ao passo que as dores a excedem sobremaneira.

Se quereis num momento esclarecer-vos a esse respeito, e saber se o prazer é superior ao desgosto, ou se apenas se compensam, comparai a impressão do animal que devora outro com a impressão do que é devorado.

SCHOPENHAUER, Arthur. *As dores do mundo*. Tradução de Jair Barboza. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 1.

QUESTÃO 06

No trecho, Arthur Schopenhauer apresenta sua visão sobre o sofrimento e a felicidade humana. Considerando o conjunto de ideias do texto, o autor defende que:

- A () O sofrimento é algo passageiro e acidental, enquanto a felicidade é a essência da vida e o objetivo final da existência.
- B () O prazer e a dor se equilibram mutuamente, garantindo que a experiência humana se mantenha em harmonia.
- C () A felicidade é um bem real e constante, ao passo que a dor existe apenas quando há falta de desejo ou movimento na vontade.
- D () A dor é o ponto de partida de toda consciência, pois é quando algo resiste à nossa vontade que realmente percebemos a vida.
- E () A vida humana é guiada por uma vontade livre e serena, que busca naturalmente o bem e o equilíbrio entre os contrários.

QUESTÃO 07

No trecho, Schopenhauer faz uso de expressões figuradas para intensificar o sentido filosófico de sua argumentação sobre a dor e a existência. Considerando o texto, qual dos trechos abaixo apresenta o uso evidente de linguagem literária?

- A () “Não nos atentamos à saúde geral do nosso corpo, mas notamos o ponto ligeiro onde o sapato nos molesta.”
- B () “O bem-estar e a felicidade são, portanto, negativos, só a dor é positiva.”
- C () “Cada desgraça particular parece, é certo, uma exceção, mas a desgraça geral é a regra.”
- D () “Se a atenção desperta, é porque a vontade não era livre e se produziu algum choque.”
- E () “Assim como um regato corre sem ímpetos (...), a vida corre inconsciente e descuidosa quando coisa alguma se lhe opõe à vontade.”

QUESTÃO 08

Observe os trechos retirados de *As Dores do Mundo*, e analise a função gramatical dos termos destacados:

1. “Se a nossa existência não tem por fim imediato a dor...”

2. “Não nos atentamos à saúde geral do nosso corpo...”

3. “Se quereis num momento esclarecer-vos a esse respeito...”

Assinale a alternativa que apresenta corretamente a análise funcional dos termos destacados.

- A () “Se” é conjunção causal; “à” é preposição indicativa de causa; “vos” é pronome reflexivo usado como complemento indireto.
- B () “Se” é conjunção condicional; “à” é preposição exigida pelo verbo “atentar” (regência verbal); “vos” é pronome pessoal oblíquo átono, funcionando como objeto direto do verbo “esclarecer”.
- C () “Se” é conjunção temporal; “à” é artigo definido feminino singular; “vos” é pronome de tratamento equivalente a “vós”.
- D () “Se” é partícula apassivadora; “à” é preposição indicativa de finalidade; “vos” é pronome pessoal sujeito do verbo “esclarecer”.
- E () “Se” é conjunção integrante; “à” é crase indevida; “vos” é pronome possessivo de segunda pessoa.

QUESTÃO 09

No trecho de Schopenhauer: “*O bem, a felicidade, a satisfação são negativos*”, assinale a alternativa que interpreta corretamente o papel das vírgulas na frase.

- A () As vírgulas isolam o sujeito composto, permitindo a ênfase em cada um dos elementos que o compõem e marcando uma enumeração.
- B () As vírgulas separam termos repetitivos desnecessários, funcionando apenas como recurso estilístico sem alterar o sentido da frase.
- C () As vírgulas indicam a presença de uma oração subordinada elíptica, omitida, que explicaria a relação entre “bem”, “felicidade” e “satisfação”.
- D () As vírgulas transformam o sujeito em adjunto adverbial, conferindo caráter explicativo à frase.
- E () As vírgulas criam uma pausa obrigatória para separar o sujeito do predicado, seguindo regra sintática da língua portuguesa.

QUESTÃO 10

No trecho: “O bem-estar e a felicidade são, portanto, negativos, só a dor é positiva.” Analise a estrutura sintática e assinale a alternativa que identifica corretamente o sujeito e o predicado da oração correspondente.

- A () Sujeito: *A felicidade* — Predicado: *é positiva*
- B () Sujeito: *O bem-estar e a felicidade* — Predicado: *são, portanto, negativos*
- C () Sujeito: *A dor* — Predicado: *é positiva, e o bem-estar e a felicidade são negativos*
- D () Sujeito: *O bem-estar* — Predicado: *e a felicidade são, portanto, negativos*
- E () Sujeito: *Negativos* — Predicado: *são o bem-estar e a felicidade*

MATEMÁTICA

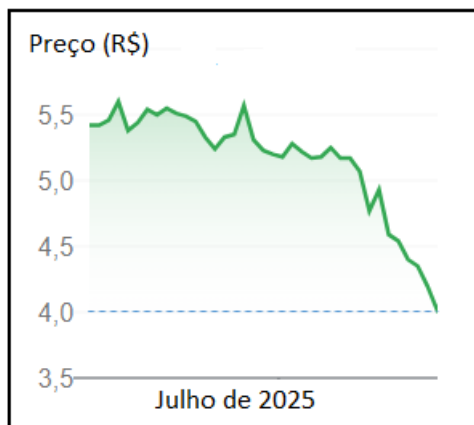
QUESTÃO 11

Na festa de confraternização de fim de ano de uma empresa, 12 mulheres usam vestido branco, 8 usam vermelho e 4 usam vestido azul. Foi proposto um sorteio em que uma delas, escolhida aleatoriamente, ganharia um televisor de 50 polegadas. Qual a probabilidade de uma mulher usando vestido vermelho ser sorteada?

- A () 27,3%
- B () 30,0%
- C () 33,3%
- D () 37,5%
- E () 45,5%

QUESTÃO 12

Uma indústria siderúrgica apresentou variação do preço unitário de suas ações na bolsa de valores, durante todo o mês de julho de 2025, segundo o gráfico.



Essa variação representou uma redução de preço, em percentual, de aproximadamente

- A () 35,6 %
- B () 27,3 %
- C () 20,4 %
- D () 18,2 %
- E () 15,5 %

QUESTÃO 13

Numa escola, foi apresentado para a equipe de professores o resultado, em pontuação, dos estudantes do 3º ano do nível médio que participaram de um teste em que a menor nota é zero e a maior é 10, como mostra a tabela.

Pontuação	Número de Alunos
0	4
2,5	18
5,0	12
7,5	8
10,0	8
Total	50

A média de pontuação da turma foi de

- A () 3,8.
- B () 4,0.
- C () 4,8.
- D () 4,9.
- E () 5,0.

QUESTÃO 14

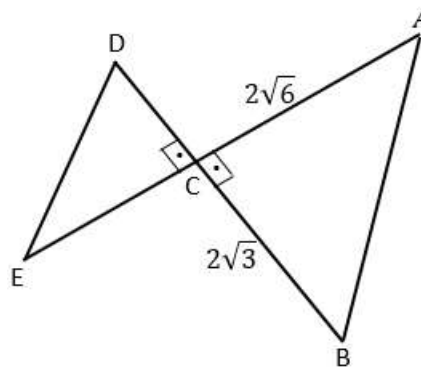
De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), foram registrados 8 100 hectares de áreas desmatadas na Amazônia no mês de abril de 2025. Sabe-se que um campo de futebol tem 110 metros de comprimento e 75 metros de largura. Sabe-se também que 1 hectare equivale a 10 000 m².

Dessa maneira, as áreas desmatadas nesse período correspondem a aproximadamente

- A () 4 378 campos de futebol.
- B () 7 373 campos de futebol.
- C () 9 818 campos de futebol.
- D () 10 800 campos de futebol.
- E () 16 350 campos de futebol.

QUESTÃO 15

Na figura, \overline{AB} é paralelo a \overline{DE} e a razão de semelhança entre os lados dos triângulos CDE e ABC é $\frac{1}{2}$.



A área do triângulo CDE é igual a

- A () $\frac{2\sqrt{3}}{4}$
- B () $\frac{\sqrt{3}}{2}$
- C () $\frac{\sqrt{6}}{4}$
- D () $\frac{2\sqrt{3}}{2}$
- E () $\frac{3\sqrt{2}}{2}$

QUESTÃO 16

Qual alternativa apresenta as siglas que correspondem a tipos de memória do computador?

- A HD e USB.
- B SSD e RAM.
- C USB e SSD.
- D HDMI e HD.
- E RAM e HDMI.

QUESTÃO 17

Informe qual o assistente de inteligência artificial padrão do Windows 11.

- A Copilot.
- B Gemini.
- C Chat GPT.
- D Perplexity.
- E Alexa.

QUESTÃO 18

No programa Microsoft Excel 365, a quebra de linha em uma célula pode ser inserida utilizando o seguinte atalho:

- A Alt + TAB
- B Ctrl + F8
- C Alt + P
- D Ctrl + W
- E Alt + Enter

QUESTÃO 19

O OneDrive é o serviço de nuvem oferecido pela Microsoft. Na sua configuração padrão de conta gratuita, a capacidade de armazenamento é de:

- A 30 GB
- B 15 GB
- C 5 GB
- D 10 GB
- E 20 GB

QUESTÃO 20

Qual das opções contém somente protocolos de rede?

- A IP, RJ-45 e Hub.
- B Roteador, HTTP e RJ-45.
- C HTTP, FTP e UDP.
- D Hub, FTP e IP.
- E UDP, Roteador e HTTP.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), é vedada a realização de despesa sem a correspondente:

- A Autorização do Tribunal de Contas.
- B Disponibilidade de caixa e previsão orçamentária.
- C Autorização legislativa e empenho.
- D Reserva de contingência aprovada pelo Senado.
- E Inclusão no Plano Plurianual ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

QUESTÃO 22

Segundo o MCASP (11ª edição), ao registrar os fatos contábeis, deve-se observar a estrutura de natureza da informação (orçamentária, patrimonial, de controle ou de compensação). Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- A O registro de restos a pagar inscritos é patrimonial, enquanto sua execução financeira é orçamentária.
- B A previsão da receita é orçamentária, o reconhecimento da receita é patrimonial.
- C A inscrição de restos a pagar processados é orçamentária, a de não processados é patrimonial.
- D As contas de controle são utilizadas exclusivamente para registrar bens de uso comum.
- E O reconhecimento de passivos contingentes é orçamentário, pois gera impacto direto na execução da despesa.

QUESTÃO 23

O julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos compete, em regra:

- A Ao Ministério da Fazenda.
- B Ao Congresso Nacional.
- C Ao Tribunal de Contas competente.
- D Ao Ministério Público.
- E À Controladoria-Geral da União ou do Estado, conforme o ente federado.

QUESTÃO 24

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) deve conter informações que permitam acompanhar o cumprimento dos limites da LRF. Sobre esse relatório, é correto afirmar que:

- A Deve apresentar, obrigatoriamente, o comparativo da despesa executada com as metas físicas estabelecidas no PPA.
- B Deve incluir a evolução patrimonial de bens de uso comum, como praças e ruas.
- C É publicado semestralmente pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- D Substitui o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) quando se tratar de entes federados com população inferior a 50 mil habitantes.
- E Deve demonstrar a posição da dívida consolidada líquida em relação à receita corrente líquida.

QUESTÃO 25

Sobre os instrumentos de planejamento e orçamento público, assinale a alternativa correta.

- A O PPA, de vigência anual, orienta a elaboração da LDO, que por sua vez estabelece os programas a serem incluídos na LOA.
- B A LDO detalha os programas e ações constantes da LOA e fixa limites de gasto para cada órgão do Executivo.
- C A LOA estima a receita e fixa a despesa para o período de quatro anos, compatibilizando com o PPA.
- D A LDO define as metas fiscais, critérios de limitação de empenho e prioridades da administração pública para o exercício.
- E A LRF estabeleceu que o PPA e a LDO são facultativos para municípios com menos de 50 mil habitantes.

QUESTÃO 26

O princípio orçamentário da universalidade determina que:

- A O orçamento público deve abranger apenas as receitas tributárias e as despesas de custeio.
- B Todas as receitas e despesas devem constar na lei orçamentária, inclusive as operações de crédito e transferências.
- C O orçamento deve ser elaborado de forma descentralizada, com autonomia de execução pelas unidades orçamentárias.
- D O orçamento deve refletir apenas os programas e ações vinculados ao Plano Plurianual.
- E Cada poder deve possuir orçamento próprio, independente e sigiloso.

QUESTÃO 27

Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 11ª edição), a escrituração contábil deve observar alguns requisitos formais. Assinale a alternativa que apresenta um deles corretamente.

- A As operações devem ser registradas apenas quando envolverem movimentação financeira.
- B Os lançamentos devem refletir fielmente os fatos administrativos e econômicos, independentemente de sua forma.
- C A contabilidade pública não deve reconhecer eventos sem impacto orçamentário.
- D Os registros de natureza patrimonial não precisam obedecer ao regime de competência.
- E Os fatos contábeis são registrados de forma opcional quando se trata de bens de uso comum.

QUESTÃO 28

A respeito da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), considere a seguinte situação hipotética: Um município ultrapassou o limite de despesa com pessoal, estabelecido pela LRF. Nesse caso, o gestor deverá adotar medidas para reconduzir a despesa ao limite legal nos dois quadrimestres seguintes, eliminando pelo menos um terço do excesso no primeiro.

Caso não o faça, o gestor sofrerá:

- A Penalidade apenas de advertência e recomendação do Tribunal de Contas.
- B Suspensão das transferências voluntárias e impedimento para contratar operações de crédito.
- C Multa de até 10% sobre o valor excedente, sem outras sanções administrativas.
- D Responsabilização criminal por ato de improbidade e cassação do mandato eletivo.
- E Suspensão do pagamento da dívida pública municipal até regularização.

QUESTÃO 29

No âmbito do orçamento público, o crédito adicional especial tem por finalidade:

- A Corrigir erros materiais identificados na execução orçamentária.
- B Reforçar dotações já existentes na lei orçamentária.
- C Atender despesas urgentes e imprevisíveis, como calamidades públicas.
- D Autorizar despesas para as quais não haja dotação específica na LOA.
- E Ampliar limites de empenho de despesas discricionárias.

QUESTÃO 30

De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a programação financeira do orçamento público tem como principal objetivo:

- A Estabelecer a execução das metas físicas dos programas governamentais.
- B Determinar o cronograma de arrecadação da receita e de liberação dos recursos para execução da despesa.
- C Consolidar os relatórios de gestão fiscal dos entes federados.
- D Distribuir o orçamento por subfunções e grupos de despesa.
- E Substituir a execução orçamentária pela execução financeira.